

Relatório Executivo – Acre



Setor Privado

O Acre possui desafios para a produção da madeira como o fator clima (maior parte do tempo é inverno com chuvas); custo alto para operar a extração nos períodos certos; há uma grande variedade de espécies com baixa volumetria, o que é mais difícil para a produção em escala/industrial; a logística é fora da rota, ou seja, o transporte encarece. Até SP são 3600 km e a madeira viaja até Porto de Itajaí (são U\$ 3600 de transporte terrestre até Porto e mais Us\$ 1200 para Inglaterra, por exemplo) e parte da mão de obra não tem capacitação para trabalhar com a cultura industrial.

Principais necessidades: aprimoramento da tecnologia; redução de custos de escoamento; celeridade nos processos de licenciamento e manejo florestal; redução nos custos de manejo; ampliação de mercado.

Problemas	Necessidades para solucionar
Clima	Aprimoramento de tecnologias que reduziriam o impacto
Alto custo na extração	Redução de custos de escoamento
Espécies com baixa volumetria	Celeridade nos processos de licenciamento e manejo florestal
Encarecimento do transporte	Redução nos custos de manejo
Falta de capacitação de parte da mão de obra	Ampliação de mercado

Logística – A produção madeireira envolve retirar o produto da floresta e agregar valor, mas o caminho até a indústria é caro e árduo, pois faltam ramais, vias vicinais. A logística fica cara para o manejo. Seria preciso incentivos governamentais e infraestrutura para alavancar o setor privado madeireiro e reduzir o custo do manejo.

Governo

Sedens – Programa de Apoio ao setor marceneiro
Cadeia de custódia da madeira / Políticas Públicas

A Sedens é o resultado da união da SEF (florestas) com Sedict (indústria), com o intuito de criar uma estrutura operacional mais eficiente, deixar a gestão financeira mais eficaz e ter um ganho político de aproximação de agenda com o governador. Além disso, vem da idéia política e de gestão de Tião Viana, de alavancar o setor industrial como forma de gerar renda e aumentar o PIB do Estado.

Com uma só secretaria, o governador viu possibilidade de solucionar gargalos nos quesitos: financeiro, pessoal, articulação, política e mecanismos institucionais para

Financiador



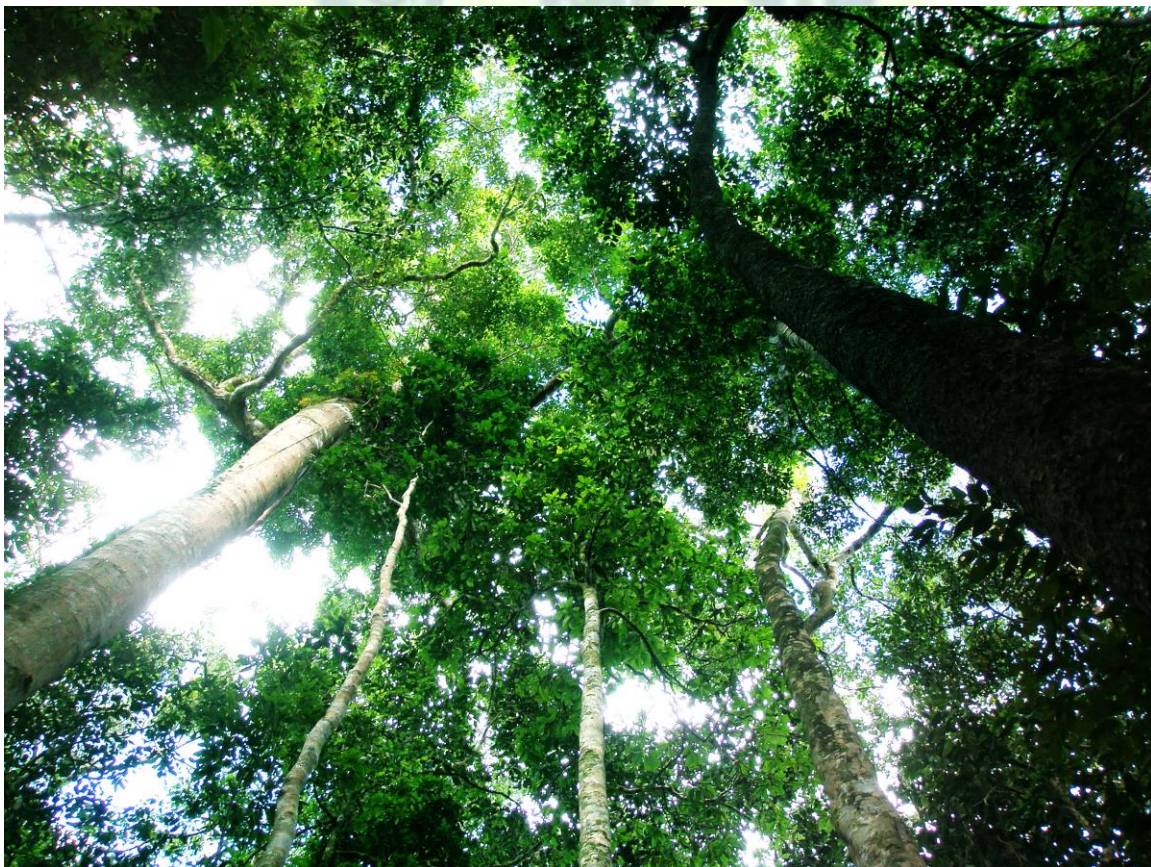
Parceiro



convênios, venda de serviços e negócios. A Sedens, hoje, possui duas subsecretarias: de florestas e de indústria e mais algumas instituições ligadas como a Anac, Companhia de serviços ambientais, ZPE, que podem vender serviços.

Programa de apoio ao setor marceneiro - o programa veio auxiliar o setor marceneiro que estava operando quase 100% na ilegalidade. O Estado auxilia na obtenção da licença ambiental e está construindo parques industriais, nos quais serão instalados os pólos moveleiros.

Os marceneiros não conseguiam tirar licença ambiental e estavam clandestinos até o Programa de apoio ao setor marceneiro do governo. É um setor promissor, que gera muita renda para a população, mas das 350 marcenarias do estado, a média de 50% está sem CNPJ, informal. Para a Sedens, é possível industrializar um estado amazônico preservando a natureza. O estado tem uma política para isso, e é uma das ações do Tião Viana – governador do estado. Os planos de manejo comunitários são pagos pelo estado e os marceneiros estão organizados por cooperativas atualmente. SEF e Imac (órgão licenciador) dão capacitações para o manejo.



A maior dificuldade dos marceneiros, mesmo após um ano de programa, é a obtenção de matéria-prima de origem legal, pois a fonte conhecida, mais barata, ainda é a madeira que

Financiador



Parceiro



vem dos colonos (sem manejo). O governo estabeleceu um acordo com algumas madeiras para a venda do m3 de madeira a R\$ 400,00 para os marceneiros cadastrados no programa. Porém, essa medida ainda é insuficiente, pois o compromisso é voluntário e, hoje, há somente três madeiras vendendo a esse preço.

O programa trouxe a modalidade de credenciamento para as compras públicas, que garante a participação das cooperativas de marceneiros nas compras estatais de móveis para o poder público. Isso está melhorando a qualidade dos móveis e ampliando a produção em escala, mas as cooperativas precisam se organizar e procurar mercados além do governo.

Para fomentar esse setor, tiveram que mudar a legislação e criou-se a modalidade de credenciamento, da lei 8.666, para as compras de móveis. Essa possibilidade ocorre quando há inexigibilidade de licitação, e o governo tem lei e banco de dados e pode contratar vários marceneiros para uma mesma demanda (lei 2.441 que regulamenta o programa).

A Sedens elabora os editais em parceria com PGE (isso gerou “arranjo” entre as secretarias). O edital de chamamento do credenciamento já dá o valor dos móveis e quem se habilitar pode se inscrever, respeitando o direito de preferência (demanda local compra do município). É um programa de credenciamento e regionalização para o executivo. No 2º encontro deles (maio em Cruzeiro), o TJ-Acre entregou ao Tião um ofício para aderir ao credenciamento também. Esse modelo já funciona para merenda em MA, PR, e o governo quer sancionar lei para que outros produtores usem.

O licenciamento também é complexo, as normas feitas são nacionais, mas os estados são muito diferentes. O DOF é complexo e o Acre sofre também na hora de fazer o plano de manejo, há espécies com nomes diferentes, que não estão na lista do IBAMA (o sistema de licenciamento para manejo no Brasil é fraco e ruim). A padronização é ruim, nem sempre o que não tem no Pará, por exemplo, não tem aqui.

Faltam serviços e pessoas de qualidade para o manejo. Todos os planos do estado estão concentrados em cinco CREAS, o que encarece muito. O governo incentiva empresas de estudantes e está estimulando flexibilização. Os serviços de exploração e transporte são caros, e o governo quer fazer programa de qualidade do conjunto da cadeia.

O Programa de qualidade do setor florestal está começando agora (recurso do BID) com a Sedens junto com IFT – já havia a intenção, mas não há recursos. Vão pleitear com o fundo Amazônia.

Madeira ilegal - fontes e gargalos:

- Assentamentos do INCRA – em muitos locais o INCRA contrata empresas terceirizadas, que não possuem ampla capacidade operacional e técnica, para fazer extensão e assistência rural. Assim, muitos produtores ficam sem assessoria adequada e optam por colocar gado na terra, em busca de segurança financeira e maior liquidez. Há



também uma questão cultural, pois o colono assentado quer ser fazendeiro e não estar associado à imagem de extrativista. O gado gera desmatamento e muitos vendem a madeira para marcenarias e serrarias pequenas nas cidades.

- Construtoras – devido a baixa fiscalização e monitoramento das obras, e buscando obter maior lucro no fim da obra, reduzem os custos com insumos mais baratos, comprando madeira ilegal ou esquentada do AM e RO.

- O grau de envolvimento dos municípios é baixo, e isso não alavanca programas estaduais. A visão municipal é de curto prazo (eleitoral), e trabalhar florestas exige visão de longo prazo. Há chance de mudanças com as concessões de florestas públicas estaduais, que trarão rentabilidade usufruída pelos municípios.

Programas do governo para manejo florestal:

1) Programa de Concessões Florestais - 4 florestas públicas estaduais de exploração – 533.000 ha. Esse programa visa à garantia de suprimento em longo prazo, retorno social, redução dos custos do manejo florestal, a incorporação de terras devolutas ao patrimônio do Estado e a regularização fundiária de pequenos produtores, abrindo caminho para a certificação florestal. (Antimary e complexo de florestas estaduais do Rio Gregório).

2) Programa de Manejo Florestal Comunitário - Habilitar as áreas de Reserva Legais comunitárias, visando geração de renda e trabalho dos extrativistas e pequenos produtores através da extração dos produtos madeireiros e não madeireiros. São 1500 famílias habilitadas e 3000 ha por ano, aptas a exploração. Serviços de apoio ao manejo e desafios:

(i) Infraestrutura de Apoio (ramal, produção, escoamento) – grande parte dos ramais ainda não foram feitos (em decorrência da má gestão entre INCRA, DERACRE e poder público municipal e estadual). A logística para escoamento é deficitária, o que encarece o transporte e desestimula produtores a continuar apostando no manejo.

(ii) Licenciamento de Planos de Manejo Comunitários – responsabilidade do IMAC. O maior gargalo é o tempo para expedição, em decorrência do reduzido número de funcionários no órgão. A demora no processo e o alto custo são fatores desestimulantes (há projeto de modernização do licenciamento sendo realizado).

(iii) Elaboração e Execução de Planos Operacionais Anuais;

(iv) Organização comunitária – associação de moradores e cooperativa. O governo participa das reuniões comunitárias junto às associações. O maior gargalo se refere a problemas de gestão organizacional.

Financiador



Parceiro



A cooperfloresta é a responsável por comprar a madeira manejada dos comunitários. O m³ da madeira sai, em média, a R\$ 90,00 (sendo R\$ 60,00 para o produtor e R\$ 30,00 para subsidiar os custos da cooperativa). Alguns comunitários criticam isso, dizendo ser o valor muito baixo e muitos resistem ao manejo em decorrência disso.

(v) Mecanização Florestal Comunitária – ainda faltam máquinas e capacitação dos produtores. Eles pouco se envolvem no processo do manejo. Avanços com Modeflora (Embrapa) – modelo digital de exploração florestal. GPS de alta precisão que georreferência as áreas.

3) Programa de Residência Florestal - Formar 40 Engenheiros Florestais em Residência Florestal, sendo 22 em 2012 e 18 em 2013. Valor de R\$ 1.500,00/mês por Residente Florestal, no período de 12 meses.

- A política de manejo comunitário tem ampliado a alternativa de renda, mas as comunidades, com poucos recursos, não conseguem pagar pela certificação. Algumas ONGs como GTA cogitam a criação de certificação comunitária (socioparticipativa), com a própria comunidade construindo os parâmetros dela para certificação (base local).

Nas compras indiretas do poder público, há um controle finalístico da madeira usada, principalmente, em obras, pois o governo fiscaliza o fim (legalidade), mas não há instrumentos para fiscalizar o meio. O Imac fiscaliza, mas não há tanta rigidez quanto nos móveis, pois não conseguem averiguar se uma construtora que compra madeira, e ganha a licitação de uma obra do governo, usa madeira de fato legal. O Imac fiscaliza, mas não existe essa obrigatoriedade de uso de madeira legal na assinatura dos contratos. A Seop monta os termos de referência de obras, mas não consegue acompanhar e verificar a legalidade da madeira, e os editais são feitos e assinados pela CPL – comissão de licitações.

Na obra, o fiscal observa a qualidade de execução da obra, questões trabalhistas, entre outros, e os insumos ficam em segundo plano. É preciso criar mecanismos de sensibilização e capacitação, bem como garantir, nos editais, cláusulas que obriguem a empresa a somente utilizar madeira legal e exijam declaração de apresentação de DOF.

As construtoras querem pagar pouco pelos insumos, e compram as madeiras de menor preço, o que gerou diversos problemas na construção das casas de habitação popular. A CPL cuida dos editais, mas não consegue controlar a madeira, pois as construtoras trazem com DOFs esquentados, boa parte procedente do estado da Rondônia. A CPL, Seab e Seop não conferem insumos e não existe parceria com IMAC ou IBAMA para isso. Assim, boa parte da madeira ilegal do Acre circula por meio das construtoras.

Financiador



Parceiro



As construtoras compram em outros estados, pois querem o menor preço. Para aumentar o lucro nas obras, procuram ganhar em cima dos insumos. O cumaru custa, em média, R\$ 1.200,00 a R\$ 1.400,00 (para telhado) e, em Rondônia, compram a R\$ 500,00 a garapeira.

Acre e RAA – Retomada do projeto com o governo

- O Termo de Compromisso pelo Futuro da Floresta com RAA, e o decreto de criação do GT foram assinados por Binho, em março de 2009, a partir de diálogo iniciado por IUCN, WWF e FGV, com grande apoio da Fátima da Assimanejo (advocace e articulação junto ao setor privado e ONGs).

- Desde 2009, no entanto, a articulação do GT não se implementou na prática e o projeto perdeu força por falta de liderança e governança para tocá-lo e falta de envolvimento político.

- Retomada de contato com visita de campo (julho/12) – Edvaldo Magalhães (secretário da Sedens – ponto focal do projeto) é sensível e aberto às questões de viabilização do setor florestal, por meio da organização do setor de transformação da cadeia, e já iniciou isso com o programa dos marceneiros. O momento conjuntural para retomar o projeto é favorável.

RAA como vetor de aproximação e diálogo entre atores (em contraposição à desorganização do setor da madeira).

Pontos possíveis para o desenho de um

Plano de Ação com governo: (i) Rodada de negócios em SP entre madeireiras do Sindusmad e empresas compradoras do Cadmadeira – prospecção de mercado para Acre e redução de uso de madeira reflorestada no SE; (ii) modelos de editais na Seab e Seop com obrigatoriedade de apresentação de documentação da madeira/declaração; (iii) módulos de capacitação e treinamento junto ao Sinduscon para fiscalização da madeira nas obras (fiscais das secretarias); (iv) retomar programa estadual de qualidade na construção civil e setor florestal; (vi) pensar em criar um termo de compromisso entre IMAC e Seop/Seab para a fiscalização e monitoramento de origem de insumos nas obras



Financiador



Parceiro



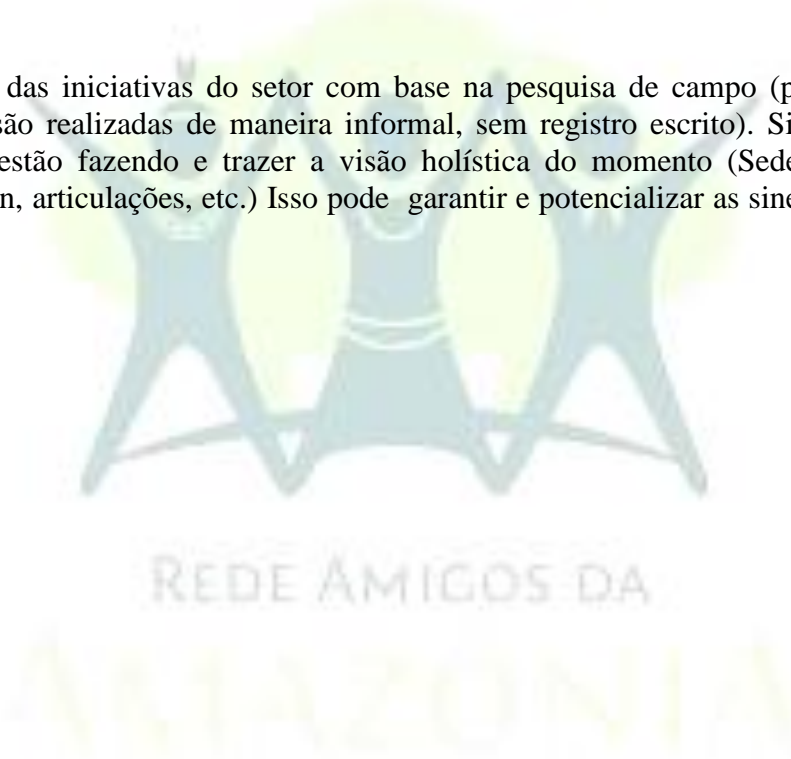
e (v) também em TCT entre sindusmad e sinduscon/fieac e fornecedores para garantia de oferta de madeira legal a preço acessível às construtoras.

Três possíveis eixos de atuação da RAA/FGV em parceria com WWF local:

(i) Compras Indiretas (madeira)– abertura de diálogo com atores – Sinduscon/Fieac, Seop, Seab e Sedens. Olhar a questão dos editais e das prospeções de oferta e demanda com setor da construção civil.

(ii) Compras Diretas (madeira) – Sedens via credenciamento. Apoio para fortalecimento institucional da rede de marceneiros – ampliação da capacidade empreendedora, planos de negócios, em leitura e mapeamento de cenários e mercado (participação em feiras, intercâmbios).

(iii) Inventário das iniciativas do setor com base na pesquisa de campo (pois no Acre muitas coisas são realizadas de maneira informal, sem registro escrito). Sistematizar o que os atores estão fazendo e trazer a visão holística do momento (Sedens, SENAI, cursos de design, articulações, etc.) Isso pode garantir e potencializar as sinergias dessas iniciativas;



Financiador



Parceiro

